



**PROTEGE  
BRASIL**

---

# **Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade**

MINISTÉRIO DA  
MULHER, DA FAMÍLIA E  
DOS DIREITOS HUMANOS



**Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

**Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

Cristiane Rodrigues Britto

**Secretária Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

Tatiana Barbosa de Alvarenga

**Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Fernanda Ramos Monteiro

**Representantes do Comitê Gestor do Protege Brasil – Temática da Criança e do Adolescente Indígena**

**Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos**

Titular: Fernanda Ramos Monteiro  
(Coordenadora do Comitê Gestor do Programa Protege Brasil)

Suplente: Maria José Batista dos Santos  
(relatoria e secretariado)

**Ministério da Justiça e Segurança Pública**

Titular: Natalia Chaves Dias

Suplente: Maria Aurení Gonzaga da Silva

**Ministério da Educação**

Titular: Gláucia Barbosa Pinto de Campos

Suplente: Fabrício Storani de Oliveira

**Ministério da Cidadania**

Titular: Daniele Manoel Alves

Suplente: Saulo Duarte Lima Ribeiro

**Ministério da Saúde**

Titular: Eugênia Belém Calazans

Suplente: Maria Angélica Breda Fontão

**Secretarias do MMFDH integrantes do Grupo de Trabalho para Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade**

Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Coordenação)

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Secretaria Nacional da Juventude  
Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Secretaria Nacional da Família

Secretaria Nacional de Proteção Global

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	4
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	7
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	10
3.1. Objetivo Estratégico .....	10
3.2. Objetivo Geral .....	10
3.2. Objetivos Específicos .....	10
<b>4. DIRETRIZES</b> .....	11
<b>5. EIXOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS</b> .....	12
<b>6. METAS E INDICADORES</b> .....	22
<b>7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</b> .....	32
<b>8. RESULTADOS ALCANÇADOS NO MMFDH</b> .....	33
<b>9. REFERÊNCIAS</b> .....	42



## 1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), nos termos do Decreto nº 10.883, de 06 de dezembro de 2021, possui, entre outras, a competência de formular, coordenar, acompanhar e avaliar políticas e diretrizes para implementação e articulação das ações governamentais e das medidas referentes à promoção, à proteção, à defesa e à garantia dos direitos da criança e do adolescente, com prioridade para a prevenção, a conciliação de conflitos e o enfrentamento a todas as formas de violação dos direitos da criança e do adolescente.

Compete ainda à SNDCA colaborar para o desenvolvimento de ações intersetoriais voltadas para a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas e de programas que auxiliem as famílias na aquisição de competências relacionais que contribuam para a promoção, a proteção e a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Em síntese tem como missão promover e coordenar um conjunto de ações voltados para os direitos da criança e do adolescente no país, bem como formular medidas referentes à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra o referido público vulnerável.

Nessa perspectiva, foi instituído por meio da Portaria nº 869, de 22 de março de 2021, o Grupo de Trabalho (GT) sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade, composto, além da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) que o coordena, por representantes da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), da Secretaria Nacional da Família (SNF), da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG), da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) e da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD). O GT foi prorrogado pela Portaria nº 589, de 07 de março de 2022.

O Grupo de Trabalho sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade é órgão de assessoramento, consultivo e de estudo, destinado a:

I - Fomentar discussões científicas, educativas, culturais e jurídicas sobre o tema das crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade;



II - Realizar estudos sobre as crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade para subsidiar políticas voltadas ao tema em questão;

III - Compilar as normas nacionais, estrangeiras e internacionais aplicáveis ao tema, bem como projetos de lei em andamento;

IV - Fazer o levantamento de projetos, programas e políticas voltadas ao tema, em implementação no Brasil ou no exterior; e

V - Formular propostas sobre:

- a) Ações, estratégias e políticas para o enfrentamento de todas as situações de vulnerabilidade a que as crianças e jovens indígenas estão expostos; e
- b) Parcerias com outros órgãos e entidades, públicas e privadas, inclusive organizações internacionais, a fim de envidar esforços para combater toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão praticadas contra crianças e jovens indígenas.

Em julho de 2021, no âmbito das reuniões do referido GT, foram alinhadas diversas ações para crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade e com isso a estruturação do inicialmente intitulado “Plano de Ação de Defesa das Garantias de Direitos das Crianças e Jovens Indígenas” alinhado estrategicamente com o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e com os objetivos do GT, nomeadamente a formulação de propostas sobre ações, estratégias e políticas para o enfrentamento de todas as situações de vulnerabilidade a que as crianças e adolescentes indígenas estão expostos. Outros Ministérios foram convidados para participar das reuniões do GT e foram consultados indígenas e organizações da sociedade civil.

O Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, que instituiu o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil e o seu Comitê Gestor incorpora o referido plano que passa a ser intitulado: Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade. A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa Protege Brasil será exercida pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).



Para o MMFDH, o plano é um projeto estratégico e tem como objetivo implementar ações de defesa das garantias de direitos das crianças e adolescentes indígenas, inicialmente nos Estado de Roraima (etnia Yanomami), Mato Grosso (etnia Xavante) e Mato Grosso do Sul (etnia Guarani-Kaiowá).



## 2. JUSTIFICATIVA

Estima-se que a população indígena no Brasil atualmente alcance perto de 1 milhão de habitantes, dado que há 10 anos atrás, o Censo IBGE 2010 recenseou 896,9 mil indígenas. Esses grupos apresentam uma enorme diversidade étnica e linguística: em 2010 foram recenseados 305 distintos povos indígenas, falantes de 274 línguas diferentes. Além da diversidade étnica e linguística, os indígenas apresentam uma série de características diversas, se comparados com o restante da população.

Quando examinamos a distribuição da população entre os grupos etários, por exemplo, verificamos que entre os indígenas as crianças e adolescentes são maioria. Entre os indígenas, o percentual de crianças e adolescentes em relação ao total é de 45%, chegando a ser de 55% entre aqueles que residem nas terras indígenas, enquanto no restante da população esse percentual não chega a 33%. Ainda em relação às crianças e adolescentes indígenas, os indicadores de escolaridade, saúde, mortalidade infantil, posse de documentação básica, entre vários outros, são significativamente piores do que o conjunto da população brasileira, o que reforça a importância de adotar políticas públicas diferenciadas para esses grupos, especialmente considerando o peso relativo da infância e adolescência entre os povos indígenas, visando fortalecer a proteção dos públicos mais vulneráveis.

A Política de Assistência Social, que está prevista na Constituição Federal (artigo 194), e na Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) tem como seus princípios a proteção da família, da infância, da adolescência, da velhice, amparo a pessoas com deficiência, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos (artigo 2º), sendo uma política pública que respeita e promove o respeito à diversidade cultural e étnico-racial.

Em 2016, foi realizado um levantamento que representou um passo importante no diagnóstico e aprofundamento sobre os desafios que envolvem o atendimento a povos indígenas em situações de risco e de violações de direitos, de modo a subsidiar as próximas estratégias voltadas à construção de orientações técnicas e qualificação dos profissionais do SUAS. Os registros dessa pesquisa foram publicados por meio do documento "Atendimento à População Indígena na Proteção Social Especial".



Diante da importância da pauta da criança e do adolescente indígena para o MMFDH e da necessidade de colaborar para a elaboração e aperfeiçoamento das diretrizes, parâmetros e fluxos de proteção dos direitos humanos das crianças e dos jovens indígenas em situação de vulnerabilidade, foi criado o Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade.

O Plano de Ação apresenta ações para defesa das garantias de direitos das crianças e adolescentes indígenas e está dividido em quatro eixos estratégicos. Essas ações envolvem a elaboração de material técnico com o diagnóstico e definição de fluxo de atendimento de crianças e jovens indígenas em situação de violação de direitos; ações práticas para a garantia dos Direitos Humanos às Crianças e Jovens Indígenas (com foco na garantia à alimentação, saúde, redução da violência e abuso sexual); revisão e atualização normativas para gerar uma proposta de projeto de Lei e a mobilização, articulação interinstitucional e participação social.

A figura a seguir retrata uma síntese do Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade:

**Figura 1 – Estrutura Analítica do Projeto**



As ações têm como responsáveis diretas as Secretarias Nacionais do MMFDH que integram o Grupo de Trabalho sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade.

Com a criação do Comitê Gestor do Programa Protege Brasil pelo Decreto n.º 11.074/202 e diante de suas competências de apoiar as ações do Programa Protege Brasil; acompanhar a execução, avaliar e propor o aprimoramento das ações do Programa Protege Brasil; e articular e apoiar os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as organizações da sociedade civil na adoção de estratégias para a implementação das ações do Programa Protege Brasil, serão agregadas novas ações ao Plano de Ação, com a participação de outros ministérios.

O Comitê Gestor é composto por representantes de outros ministérios, além do MMFDH, do Ministério da Cidadania (MC), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Turismo (MTur). Ressalta-se que o Mtur não participa da temática da criança e do adolescente indígena. Os representantes desses ministérios, com os quais dialogamos transversalmente, se reunirão mensalmente com o GT, para aprimorar o Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade.



## 3. OBJETIVOS

### 3.1. Objetivo Estratégico

Desenvolver e articular políticas de combate à violação de direitos, à violência, ao preconceito, à discriminação e à intolerância, e aperfeiçoar os mecanismos de proteção e defesa da vida humana.

### 3.2. Objetivo Geral

Fortalecer a pauta indígena, e trabalhar alternativas para que direitos humanos fundamentais das crianças e adolescentes não sejam violados.

### 3.2. Objetivos Específicos

Melhorar os fluxos de atendimento de crianças e de adolescentes;

Promover a conscientização da sociedade e dos povos indígenas para o enfrentamento das práticas nocivas;

Promover a garantia de proteção dos direitos humanos de crianças e de adolescentes indígenas, e

Fortalecer a política indigenista destinada a crianças e a adolescentes.



## 4. DIRETRIZES

Conforme previsto no artigo 125-G do Decreto nº 11.074/2022, são diretrizes Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade:

I - Aprimoramento dos fluxos de atendimento de crianças e de adolescentes indígenas em situação de vulnerabilidade pelos órgãos da administração pública federal competentes;

II - Promoção da conscientização e da educação da sociedade e dos povos indígenas para o enfrentamento das práticas nocivas e para a garantia de proteção dos direitos humanos de crianças e de adolescentes indígenas, resguardados a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dos povos indígenas;

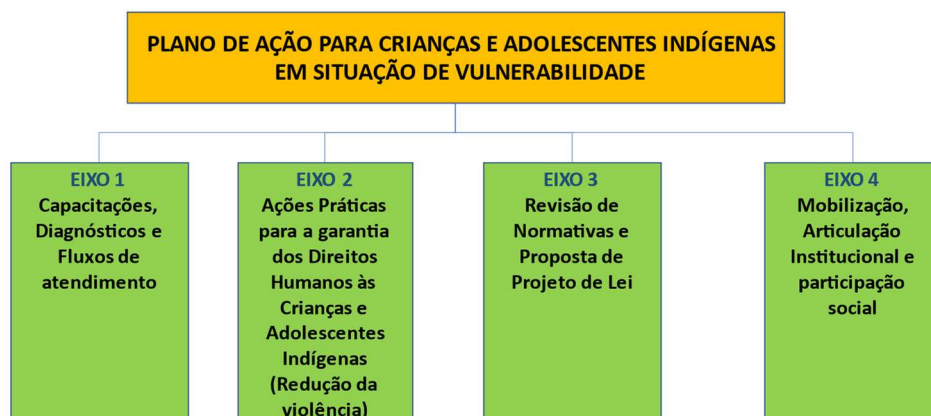
III - Modernização da legislação que trata dos povos indígenas com vistas a fortalecer a política indigenista destinada a crianças e a adolescentes, consultadas as comunidades indígenas; e

IV - Mobilização de atores institucionais e sociais, articulação interinstitucional e participação social.



## 5. EIXOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Figura 2 – Eixos estratégicos



### Eixo Estratégico I – Capacitações, diagnósticos e fluxos de atendimento

Nº	Ação	Responsável	Parceiros	Prazo/ Situação	Investimento/ Origem do recurso(R\$)
1	Seminário: encontro com os Conselheiros Tutelares para abordar o tema dos direitos humanos universais de crianças e adolescentes indígenas	MMFDH/ SNDCA		01 mês Concluída	943,88
2	Lançamento do curso na modalidade EAD para os profissionais do SGD sobre os direitos humanos da criança e do jovem indígena na perspectiva do ECA.	MMFDH/ SNDCA		12 meses Concluída	70.968,00 (PNUD)
3	Articular e promover a Divulgação do Curso “Acesso aos Direitos fundamentais:	MMFDH/ SNPG	SNPIR e ENAP	02 meses Concluída	-

	uma abordagem da pauta indígena”				
4	Lançamento do ECA e do Estatuto da Juventude traduzido em 01 língua indígena.	MMFDH/ SNDCA		16 meses Em andamento	935.872,00 (OEI)
5	Viabilizar as avaliações para concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC e promover conscientização sobre o acesso a direitos para os indígenas	MMFDH/ SNDPD	INSS FUNAI/MJSP SNAS/MC	07 meses Em andamento	-
6	Elaboração de texto explicativo de divulgação do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)	MMFDH/ SNPG		02 meses Em andamento	-
7	Disponibilização de Documento Orientador sobre o acolhimento e as práticas específicas de proteção de Defensores indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, no âmbito do PPDDH	MMFDH/ SNPG	SNAS/MC	02 meses Em andamento	-
8	Realização de estudo diagnóstico sobre a atuação integrada das instâncias que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) na proteção e promoção de direitos das crianças indígenas - Projeto PNUD BRA/18/024	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNPIR/ MMFDH SNAS/MC	12 meses Em andamento	Total do contrato com a Finatec: 10 produtos (1.602.534,89)
9	Conclusão da pesquisa com o levantamento sobre as principais violações de direitos	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNPIR SNAS/MC	45 dias Concluída	Produto 1 160.253,49

	e direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e jovens indígenas.				
<b>10</b>	Conclusão do relatório com o levantamento dos municípios com maior incidência de casos de violência e de acolhimento institucional de crianças e jovens indígenas.	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNPIR SNAS/MC	20 dias Concluída	Produto 2 64.101,38
<b>11</b>	Lançamento do diagnóstico com o levantamento das principais etnias afetadas com casos de violações de direitos de crianças e jovens indígenas	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNPIR	35 dias Concluída	Produto 3 176.278,84
<b>12</b>	Lançamento de um relatório com o levantamento da realidade dos municípios onde se encontram as principais etnias afetadas com casos de violações de direitos	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNPIR	1 mês Concluída	Produto 4 160.253,49
<b>13</b>	Lançamento do documento norteador com orientações técnicas e metodológicas sobre o trabalho social desenvolvido pelo PAEFI com famílias de crianças e jovens indígenas em situação de violência	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNAS/MC	40 dias Em andamento	Produto 5 160.253,49
<b>14</b>	Lançamento de um guia de protocolos e fluxos relacionados com a atuação dos principais órgãos do SGD na defesa de crianças e jovens indígenas	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNPIR SNAS/MC	35 dias Em andamento	Produto 6 176.278,84
<b>15</b>	Lançamento de um caderno temático voltado para a atuação de conselhos tutelares.	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNPIR	40 dias Concluída	Produto 7 32.050,70



<b>16</b>	Lançamento do caderno temático com metodologias de atendimento às crianças e jovens indígenas em serviços de acolhimento	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNAS/MC	2 meses Em andamento	Produto 8 320.506,97
<b>17</b>	Lançamento do caderno temático com metodologias de colocação familiar na comunidade e na própria etnia de crianças e jovens indígenas em situação de risco ou violação de direitos	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNAS/MC	01 mês Em andamento	Produto 9 240.380,23
<b>18</b>	Curso na modalidade EAD – Equipes técnicas do serviço de acolhimento	MMFDH/ SNDCA	PNUD SNAS/MC	01 mês Não iniciada	Produto 10 112.177,44
<b>19</b>	Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. As obras contemplam as culturas das populações indígenas e afro-brasileiras	MEC/SEB	PNUD	2023	Edital do PNLD 2023 Anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)
<b>20</b>	Publicação do Caderno Multiculturalismo – da Série Temas Contemporâneos Transversais na BNCC. Que trata da Diversidade Cultural; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.	MEC/SEB		2023 Em andamento	
<b>21</b>	Implementação da Base Comum Curricular (BNCC)	MEC/SEB – Pro BNCC		Em andamento	
<b>22</b>	Estratégia de Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), instituída como prioritária no SasiSUS por meio da Portaria nº 1397/GM/MS, de 07 de junho de 2017	MS/SESAI		Em andamento	



23	Adaptação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) para implementação no Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	MS/SESAI		Em andamento	
24	Estratégia de fortalecimento das ações de Crescimento e Desenvolvimento Infantil na Saúde Indígena	MS/SESAI		Em andamento	

## Eixo Estratégico 2: Ações práticas para a garantia dos Direitos Humanos às Crianças e Adolescentes Indígenas

Nº	Ação	Responsável	Parceiros	Prazo/Situação	Investimento/Origem do recurso(R\$)
01	Capacitar Agentes Indígenas de Saúde na garantia dos direitos da criança e do jovem indígena	MMFDH/SNDCA	SESAI/MS	14 meses Em andamento (online)	
02	Projeto Piloto “Promotor Indígena de Direitos Humanos”.	MMFDH/SNDCA	PNUD	Set/22 a Jun/23 Em andamento	1.599.000,00 – Total dos 08 produtos
03	Relatório técnico contendo o levantamento sobre a violência contra as crianças e adolescentes indígenas e demais violações de direitos, com o foco nas etnias Yanomami, Xavante e Guarani Kaiowá, a partir da análise de dados secundários, que embasarão a formulação de um protocolo/fluxo de atendimento das crianças e adolescentes indígenas vítimas de violência.	MMFDH/SNDCA	PNUD	Dezembro/2022 Em andamento	Produto 1

<b>04</b>	Documento técnico contendo o conteúdo do curso para formação do Promotor Indígena de Direitos Humanos	MMFDH/ SNDCA	PNUD	Set a dez/ 2022 Em andamento	Produto 2
<b>05</b>	Relatório Técnico com o resultado do processo de seleção dos 45 promotores indígenas de direitos humanos	MMFDH/ SNDCA	PNUD	Jan/ 2023 Não iniciado	Produto 3
<b>06</b>	Relatório técnico de treinamento realizado para 45 promotores indígenas de direitos humanos para atuar na prevenção e enfrentamento da violência contra as crianças e adolescentes indígenas e violações de direitos contra os povos indígenas das etnias: Xavante (MT), Yanomami (RR) e Guarani Kaiowá (MS).	MMFDH/ SNDCA	PNUD	Fev/2023 Não iniciado	Produto 4
<b>07</b>	Relatório I - Avaliação da implementação da metodologia proposta contendo o progresso e resultados das atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos.	MMFDH/ SNDCA	PNUD	Março/2023 Não iniciado	Produto 5
<b>08</b>	Relatório II- Avaliação do progresso e resultados das atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos em seu 2º mês de atuação	MMFDH/ SNDCA	PNUD	Abril/2023 Não iniciado	Produto 6
<b>09</b>	Relatório III- Avaliação do progresso e resultados das atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos em seu 3º mês de atuação	MMFDH/ SNDCA	PNUD	Mai/2023 Não iniciado	Produto 7
<b>10</b>	Relatório IV- Avaliação do progresso e resultados das	MMFDH/ SNCA	PNUD	Junho/2023 Não iniciado	Produto 8



	atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos em seu 4º mês de atuação				
<b>11</b>	Casa da Mulher Brasileira em Roraima e Mato Grosso do Sul	MMFDH/ SNPM		Set/2022 concluída	
<b>12</b>	Empreendedorismo para mulheres indígenas - Projeto Qualifica Mulher	MMFDH/ SNPM		08 meses concluída Ação contínua	
<b>13</b>	Fortalecimento da atenção e proteção às mulheres indígenas por meio do Programa Mães do Brasil	MMFDH/ SNPM		09 meses concluída Ação contínua	
<b>14</b>	Formalização de parceria para a execução de um projeto de empreendedorismo para jovens indígenas no âmbito do Programa Horizontes.	MMFDH/ SNJ		04 meses Concluída (formação contínua)	500.000,00
<b>15</b>	Projeto Famílias Fortes em Comunidades Indígenas dos Estados de MS, MT e RO	MMFDH/ SNF		0 1 ano e 09 meses Em andamento	TED com IFMS R\$ 350.000,00. TED com IFRO R\$ 222.129,96
<b>16</b>	Articulação junto a FUNAI e SESAÍ para divulgação do PPCAM	MMFDH/ SNDCA		10 meses Em andamento	
<b>17</b>	Doação de veículos para conselhos tutelares de municípios com comunidades indígenas por meio de seleção via edital do Programa de Equipagem e Modernização da Infraestrutura (Pró-DH)	MMFDH/ SNDCA	SNF SNPM	Set a dez/2022 Em andamento	RS\$ 935.000,00



### Eixo Estratégico 3: Revisão de normativas e Proposta de Projeto de Lei

Nº	Ação	Responsável	Parceiros	Prazo/ Situação	Investimento/ Origem do recurso(R\$)
01	Articulação política para aprovação e publicação do Projeto de Lei Muwagi	MMFDH/ SNDCA	ASPAR	10 meses Em andamento	
02	Revisitar as normas e leis que tratam da criança e jovens indígenas para elaborar minutas de atualização das normativas, com fins a garantir os direitos das crianças e jovens indígenas.	Todos os integrantes do CG Protege Brasil	SESAI/MS FUNAI/MJ SP	12 meses Não iniciada	
03	Publicação das normativas atualizadas e Projeto de Lei elaborado para a “Política Nacional do Direitos Humanos das Crianças e Jovens Indígenas”	MMFDH/ SNDCA	Todos os integrantes do CG Protege Brasil	12 meses Não iniciada	200.000,00 (aprox. para contratação de consultor PF)

### Eixo Estratégico 4: Mobilização, articulação interinstitucional e participação social

Nº	Ação	Responsável	Parceiros	Prazo/ Situação	Investimento/ Origem do recurso(R\$)
01	Articulação junto aos Ministérios	MMFDH/ SNDCA	GM/SE	15 meses Concluída	
02	Articulação junto aos Estados e Municípios	MMFDH/ SNDCA	GM/SE	12 meses Concluída	
03	Fórum nacional sobre crianças e jovens pertencentes a povos e	MMFDH/ SNDCA		06 meses Concluída	

	comunidades tradicionais no Brasil				
<b>04</b>	Realização de 03 Audiências Públicas no Congresso com objetivo de ressignificar o olhar e abordagem sobre os direitos Humanos de crianças e jovens indígenas	MMFDH/ SNDCA	GM/SE	10 meses Concluída parcialmente	
<b>05</b>	Fomento a Adesão ao SINAPIR, enquanto estratégia para possibilitar interlocução com estados e municípios sobre a pauta indígena, e para possibilitar equipar os órgãos de Promoção da Igualdade Racial locais a atuar em favor do público indígena	MMFDH/ SNPIR		2023	
<b>06</b>	Vans de Direitos - realização de Mutirão para atendimento de indígenas e fornecimento de registro civil e outros documentos	MMFDH/ SNPG	Defensorias públicas estaduais	2022/2023 Em andamento	
<b>07</b>	Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Água	MEC/ SEMESP/ DMESP	Escolas públicas municipais e estaduais e secretarias de educação	Contínuo	R\$ 19.986.000,00
<b>08</b>	Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Campo	MEC/ SEMESP/ DMESP	Escolas públicas municipais e estaduais e secretarias de educação	Contínuo	R\$ 10.164.600,00

<b>09</b>	Realizar visitas técnicas em aldeias na circunscrição de Roraima	MJSP/FUNAI		2022/2023 Em andamento	500 mil
<b>10</b>	Promover escuta juntos aos indígenas, para garantia do cumprimento do direito dos povos indígenas à consulta, previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, inserido no ordenamento interno brasileiro por meio do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019	MJSP/FUNAI		2022/2023 Em andamento	500 mil



## 6. METAS E INDICADORES

A elaboração de indicadores é de suma importância para o levantamento de informações e resultados alcançados com a implementação do Plano, e desta forma fomentar o comprometimento com resultados mais efetivos.

Indicadores são instrumentos que possibilitam identificar, e quantificar e qualificar os objetivos e ações do Plano e por meio de uma aferição periódica, monitorar o Plano e gerar informações para a avaliação.

Os indicadores e metas apontados abaixo serão revisados/ definidos a partir das metas a serem alcançadas em cada ação. As metas e os indicadores abaixo serão revistos pelo GT/Comitê Gestor do Programa Protege Brasil.

### Legenda

E1 = eixo estratégico 1

E2 = eixo estratégico 2

E3 = eixo estratégico 3

E4 = eixo estratégico 4

A1 = ação 1

Eixo 1	Ação	Responsável	Meta	Indicador
E1 A1	Seminário: encontro com os Conselheiros Tutelares para abordar o tema dos direitos humanos universais de crianças e adolescentes indígenas	MMFDH/ SNDCA	Abordagem da temática dos direitos humanos universais de crianças e adolescentes indígenas	Número de conselheiros tutelares alcançado.
E1 A2	Lançamento do curso na modalidade EAD para os profissionais do SGD sobre os direitos humanos da criança e do jovem indígena na perspectiva do ECA.	MMFDH/ SNDCA	Capacitar profissionais do SGD	Número de profissionais capacitados
E1 A3	Articular e promover a Divulgação do Curso “Acesso aos Direitos fundamentais: uma abordagem da pauta indígena”	MMFDH/ SNPG	Divulgar o Curso “Acesso aos Direitos fundamentais: uma abordagem da	Lançamento da campanha

			pauta indígena”	
<b>E1 A4</b>	Lançamento do ECA e do Estatuto da Juventude traduzido em 01 língua indígena.	MMFDH/ SNDCA	Publicação do ECA e Estatuto da Juventude traduzidos na língua tikuna	Lançamento das publicações
<b>E1 A5</b>	Viabilizar as avaliações para concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC e promover conscientização sobre o acesso a direitos para os indígenas	MMFDH/ SNPD	BPC avaliado e conscientização sobre o acesso a direitos para os indígenas	Número de indígenas informados
<b>E1 A6</b>	Elaboração de texto explicativo de divulgação do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)	MMFDH/ SNPG	Texto elaborado PPDDH	Plano de comunicação divulgado
<b>E1 A7</b>	Disponibilização de Documento Orientador sobre o acolhimento e as práticas específicas de proteção de Defensores indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, no âmbito do PPDDH	MMFDH/ SNPG	Documento orientador elaborado	Acessos aos documentos no sítio do MMFDH
<b>E1 A8</b>	Realização de estudo diagnóstico sobre a atuação integrada das instâncias que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) na proteção e promoção de direitos das crianças indígenas - Projeto PNUD BRA/18/024	MMFDH/ SNDCA	Estudo diagnóstico com termo definido	Consultoria contratada
<b>E1 A9</b>	Conclusão da pesquisa com o levantamento sobre as principais violações de direitos e direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e jovens indígenas.	MMFDH/ SNDCA	Pesquisa realizada	Produto aprovado
<b>E1 A10</b>	Conclusão do relatório com o levantamento dos municípios com	MMFDH/ SNDCA	Relatório com levantamento	Produto aprovado e relatório lançado



	maior incidência de casos de violência e de acolhimento institucional de crianças e jovens indígenas.		dos municípios elaborado	
<b>E1 A11</b>	Lançamento do diagnóstico com o levantamento das principais etnias afetadas com casos de violações de direitos de crianças e jovens indígenas	MMFDH/ SNDCA	Diagnóstico com o levantamento das principais etnias afetadas elaborado	Produto aprovado e diagnóstico lançado
<b>E1 A12</b>	Lançamento de um relatório com o levantamento da realidade dos municípios onde se encontram as principais etnias afetadas com casos de violações de direitos	MMFDH/ SNDCA	Relatório de municípios e etnias elaborado	Produto aprovado e relatório lançado
<b>E1 A13</b>	Lançamento do documento norteador com orientações técnicas e metodológicas sobre o trabalho social desenvolvido pelo PAEFI com famílias de crianças e jovens indígenas em situação de violência	MMFDH/ SNDCA	Documento norteador com orientações – PAEFI elaborado	Produto aprovado e metodologia implementada
<b>E1 A14</b>	Lançamento de um guia de protocolos e fluxos relacionados com a atuação dos principais órgãos do SGD na defesa de crianças e jovens indígenas	MMFDH/ SNDCA	Guia de protocolos e fluxos elaborado	Produto aprovado e guia lançado
<b>E1 A15</b>	Lançamento de um caderno temático voltado para a atuação de conselhos tutelares.	MMFDH/ SNDCA	Caderno temático para conselhos tutelares elaborado	Produto aprovado e caderno lançado
<b>E1 A16</b>	Lançamento do caderno temático com metodologias de atendimento às crianças e jovens indígenas em serviços de acolhimento	MMFDH/ SNDCA	Caderno temático com metodologias de atendimento elaborado	Produto aprovado e metodologias implementadas



<b>E1 A17</b>	Lançamento do caderno temático com metodologias de colocação familiar na comunidade e na própria etnia de crianças e jovens indígenas em situação de risco ou violação de direitos	MMFDH/ SNDCA	Caderno temático com metodologias de colocação familiar elaborado	Produto aprovado e metodologias implementadas
<b>E1 A18</b>	Curso na modalidade EAD – Equipes técnicas do serviço de acolhimento	MMFDH/ SNDCA	Curso EAD elaborado	Produto aprovado
<b>E1 A19</b>	Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. As obras contemplam as culturas das populações indígenas e afro-brasileiras	MEC/SEB	Contemplar a cultura indígena nos livros didáticos	Quantidade de livros publicados e população indígena beneficiada
<b>E1 A20</b>	Publicação do Caderno Multiculturismo – da Série Temas Contemporâneos Transversais na BNCC. Que trata da Diversidade Cultural; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.	MEC/SEB	Valorizar o multiculturalismo	Número de cadernos publicados e divulgados
<b>E1 A21</b>	Implementação da Base Comum Curricular (BNCC)	MEC/SEB – Pro BNCC		
<b>E1 A22</b>	Estratégia de Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), instituída como prioritária no SasiSUS por meio da Portaria nº 1397/GM/MS, de 07 de junho de 2017	MS/SESAI	Formação de multiplicadores dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas	
<b>E1 A23</b>	Adaptação da Estratégia Alimentação e Saúde Brasil (EAAB) para implementação no Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	MS/SESAI	Manual de implementação e Cartilha adaptação da cartilha “13 passos para alimentação saudável”	

<b>E1 A24</b>	Estratégia de fortalecimento das ações de Crescimento e Desenvolvimento Infantil na Saúde Indígena	MS/SESAI	Guia de formação para promoção do uso da caderneta da criança em território indígena; Campanha “Cuidar das crianças indígenas é cuidar do futuro da aldeia”	
Eixo 2				
<b>Eixo 2</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Meta</b>	<b>indicador</b>
<b>E2 A1</b>	Capacitar Agentes Indígenas de Saúde na garantia dos direitos da criança e do jovem indígena	MMFDH/ SNDCA	Capacitação elaborada	Número de agentes capacitados
<b>E2 A2</b>	Projeto Piloto “Promotor Indígena de Direitos Humanos”.	MMFDH/ SNDCA	Termo de Referência e consultoria contratada	Número de Promotores Indígenas de Direitos Humanos em atuação
<b>E2 A3</b>	Relatório técnico contendo o levantamento sobre a violência contra as crianças e adolescentes indígenas e demais violações de direitos, com o foco nas etnias Yanomami, Xavante e Guarani Kaiowá, a partir da análise de dados secundários, que embasarão a formulação de um protocolo/fluxo de atendimento das crianças e adolescentes indígenas vítimas de violência.	MMFDH/ SNDCA	Levantar dados de violência contra as crianças e adolescentes indígenas	Relatório elaborado e aprovado



<b>E2 A4</b>	Documento técnico contendo o conteúdo do curso para formação do Promotor Indígena de Direitos Humanos	MMFDH/ SNDCA	Elaborar conteúdo do curso	Conteúdo do curso aprovado
<b>E2 A5</b>	Relatório Técnico com o resultado do processo de seleção dos 45 promotores indígenas de direitos humanos	MMFDH/ SNDCA	Selecionar indígenas para serem capacitados	Processo de seleção realizado
<b>E2 A6</b>	Relatório técnico de treinamento realizado para 45 promotores indígenas de direitos humanos para atuar na prevenção e enfrentamento da violência contra as crianças e adolescentes indígenas e violações de direitos contra os povos indígenas das etnias: Xavante (MT), Yanomami (RR) e Guarani Kaiowá (MS).	MMFDH/ SNDCA	Treinar 45 Promotores Indígenas de Direitos Humanos	45 promotores treinados
<b>E2 A7</b>	Relatório I - Avaliação da implementação da metodologia proposta contendo o progresso e resultados das atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos.	MMFDH/ SNDCA	Implementar metodologia	Metodologia implementada
<b>E2 A8</b>	Relatório II- Avaliação do progresso e resultados das atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos em seu 2º mês de atuação	MMFDH/ SNDCA	Implementar metodologia	Metodologia implementada
<b>E2 A9</b>	Relatório III- Avaliação do progresso e resultados das atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos em seu 3º mês de atuação	MMFDH/ SNDCA	Implementar metodologia	Metodologia implementada
<b>E2 A10</b>	Relatório IV- Avaliação do progresso e resultados das atividades desenvolvidas pelos promotores indígenas de direitos humanos em seu 4º mês de atuação	MMFDH/ SNCA		



<b>E2 A11</b>	Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Roraima e Mato Grosso do Sul	MMFDH/ SNPM	Elaborar e divulgar recomendação para acolhimento a mulheres indígenas na CMB	Recomendação divulgada, protocolo reformulado
<b>E2 A12</b>	Empreendedorismo para mulheres indígenas - Projeto Qualifica Mulher	MMFDH/ SNPM	Fomentar ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo	Número de adesões ao Projeto Qualifica mulher
<b>E2 A13</b>	Fortalecimento da atenção e proteção às mulheres indígenas por meio do Programa Mães do Brasil	MMFDH/ SNPM	Fortalecer atenção e proteção às mães indígenas	Número de adesões ao programa Mães do Brasil
<b>E2 A14</b>	Formalização de parceria para a execução de um projeto de empreendedorismo para jovens indígenas no âmbito do Programa Horizontes	MMFDH/ SNJ	Implementar ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo	Número de capacitações do projeto horizontes para o público-alvo
<b>E2 A15</b>	Projeto Famílias Fortes em Comunidades Indígenas dos Estados de MS, MT e RO	MMFDH/ SNF	Fortalecimento de vínculos familiares	Número de famílias indígenas atendidas
<b>E2 A16</b>	Articulação junto a FUNAI e SESAI para divulgação do PPCAM	MMFDH/ SNDCA	Capacitar sobre o PPCAAM	Número de agentes de saúde indígena e presidentes de CONDISI capacitados
<b>E2 A17</b>	Doação de veículos para conselhos tutelares de municípios com comunidades indígenas por meio de seleção via edital do Programa de	MMFDH/ SNDCA	Doação de pelo menos 10 veículos	Veículos entregues e número de indígenas atendidos

	Equipagem e Modernização da Infraestrutura (Pró-DH)			
<b>Eixo 3</b>				
<b>E3</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Meta</b>	<b>Indicador</b>
<b>A1</b>	Articulação política para aprovação e publicação do Projeto de Lei Muwagi	MMFDH/ SNDCA	Aprovação e publicação do PL	PL publicado
<b>E3</b>	Revisitar as normas e leis que tratam da criança e jovens indígenas para elaborar minutas de atualização das normativas, com fins a garantir os direitos das crianças e jovens indígenas.	Todos os integrantes do CG Protege Brasil	Levantar as normas e leis que tratam da criança e do adolescente indígena	Relatório elaborado
<b>E3</b>	Publicação das normativas atualizadas e Projeto de Lei elaborado para a “Política Nacional do Direitos Humanos das Crianças e Jovens Indígenas”	MMFDH/ SNDCA	Elaborar PL da política	Proposta de política elaborada
<b>Eixo 4</b>				
<b>E4</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Meta</b>	<b>indicador</b>
<b>A1</b>	Articulação junto aos ministérios	MMFDH/ SNDCA	Articular e implementar o Plano de Ação junto aos ministérios	Norma interministerial publicada – criação de colegiado que monitorará a implementação do plano de ação
<b>E4</b>	Articulação junto aos Estados e Municípios	MMFDH/ SNDCA	Articular a implementação do plano junto aos Estados e Municípios	Reuniões e visitas aos Estados realizadas
<b>E4</b>	Fórum nacional sobre crianças e jovens pertencentes a povos e comunidades tradicionais no Brasil	MMFDH/ SNDCA	Articulação e participação social	Fórum realizado Número de participantes

<b>E4 A4</b>	Realização de 03 Audiências Públicas no Congresso com objetivo de ressignificar o olhar e abordagem sobre os direitos Humanos de crianças e jovens indígenas	MMFDH/ SNDCA	Articulação por meio de realização de Audiências Públicas	Número de audiências públicas realizadas
<b>E4 A5</b>	Fomento a Adesão ao SINAPIR, enquanto estratégia para possibilitar interlocução com estados e municípios sobre a pauta indígena, e para possibilitar equipar os órgãos de Promoção da Igualdade Racial locais a atuar em favor do público indígena	MMFDH/ SNPIR	Fomento e adesão ao SINAPIR	Órgãos de Promoção da Igualdade Racial equipados para atuar em favor do público indígena
<b>E4 A6</b>	Vans de Direitos - realização de Mutirão para atendimento de indígenas e fornecimento de registro civil e outros documentos	MMFDH/ SNPG	Prestar atendimento aos indígenas com emissão de documentos	Número de indígenas atendidos e documentação regularizada
<b>E4 A7</b>	Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Água	MEC/ SEMESP/ DMESP	Incentivar a instalação de água e/ou esgotamento sanitário de modo contínuo nas escolas	Número de Escolas indígenas aptas e atendidas pelo programa
<b>E4 A8</b>	Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Campo	MEC/ SEMESP/ DMESP	Incentivar a melhoria através de pequenas reformas ou benfeitorias nas escolas	Número de Escolas indígenas aptas e atendidas pelo programa
<b>E4 A9</b>	Visitas técnicas em aldeias na circunscrição de Roraima	MJSP/FUNAI	Implementar ações interinstitucionais	Número de indígenas atendidos



<b>E4</b> <b>A10</b>	Escuta juntos aos indígenas, para garantia do cumprimento do direito dos povos indígenas à consulta, previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, inserido no ordenamento interno brasileiro por meio do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019	MJSP/FUNAI	Implementar ações interinstitucionais	Número de indígenas atendidos
-------------------------	--	------------	---------------------------------------	-------------------------------



## 7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade vem sendo realizado pelas Secretarias integrantes do Grupo de Trabalho sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade, que prestará informações ao Comitê Gestor no que compete as ações do MMFDH.

Deverão ser avaliadas as ações previstas para cada eixo, se a meta foi alcançada e o indicador.

Vale ressaltar que o Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, que instituiu o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil criou também um comitê gestor. Ao Comitê Gestor do Programa Protege Brasil compete:

I - Apoiar as ações do Programa Protege Brasil;

II - Acompanhar a execução, avaliar e propor o aprimoramento das ações do Programa Protege Brasil; e

III - Articular e apoiar os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as organizações da sociedade civil na adoção de estratégias para a implementação das ações do Programa Protege Brasil.



## 8. RESULTADOS ALCANÇADOS NO MMFDH

No que concerne às ações do MMFDH previstas no Plano de Ação para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade, cabe ressaltar que foram concluídas algumas ações, outras são contínuas ou estão em andamento.

Em 2021 foi realizado pela SNDCA o encontro com os Conselheiros Tutelares para abordar o tema dos direitos humanos universais de crianças e adolescentes indígenas e o Fórum Nacional sobre Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.

A SNDCA lançou um edital para municípios com aldeias indígenas para receberem veículos para atendimento às crianças e adolescentes, assim foi publicado no D.O.U de 28/09/2022 o Chamamento Público nº 9/2022 da SNDCA/MMFDH. O edital tem o objetivo de selecionar e classificar municípios que desenvolvam políticas públicas para a promoção e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes indígenas, sem prejuízo do atendimento das demais crianças e adolescentes, para o recebimento de bens móveis (veículo com cadeirinha para automóvel). A iniciativa faz parte das ações do Programa de Equipagem e Modernização da Infraestrutura (Pró-DH) e impulsionou as adesões ao Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência por meio do Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH) ao Programa Mães do Brasil e ao Programa Famílias Fortes, ambos programas e iniciativas de proteção e defesa de direitos humanos do MMFDH.

Foi lançado o Curso "Defesa e direitos de crianças e jovens indígenas e comunidades tradicionais": O curso foi disponibilizado na ENDICA no dia 03/10/2022 na modalidade EAD, para os profissionais do SGD sobre os direitos humanos da criança e do jovem indígena na perspectiva do ECA. Disponível em <https://endica.mdh.gov.br/>. Turma 1/2022 - Curso Gratuito com carga-horária de 45 horas e 100% online, sem tutoria. Público-Alvo: Conselheiros tutelares, conselheiros de direito, servidores do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e interessados nas temáticas.

Encontra-se em andamento a tradução do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Estatuto da Juventude traduzidos na língua indígena Tikuna: O extrato da carta-acordo entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e os

órgãos parceiros foi publicado no Diário Oficial da União na sexta-feira, dia 07/10/2022. DATA DE ASSINATURA: 04 de outubro de 2022. Publicação no D.O.U: 07 de outubro de 2022. A tradução do ECA e do EJ para a língua Tikuna é uma ação inerente ao Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade, um dos pilares do Programa Protege Brasil. Foi selecionada uma consultoria e assinada carta-acordo no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional OEI BRA/16/002 – “Ampliação e Fortalecimento dos Processos e Estratégias de Participação Social em Espaços de Discussão e Proposições Relacionados aos Direitos da Criança e do Adolescente”, firmado com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), cujo objeto é uma parceria para a tradução do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Estatuto da Juventude para a língua TIKUNA. A Carta-Acordo foi firmada entre a UNIÃO, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDCA/MMFDH); a OEI; e a Universidade de Brasília(UnB), com a interveniência da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos(FINATEC), no âmbito do Projeto OEI/BRA/16/002 - "Ampliação e Fortalecimento dos Processos e Estratégias de Participação Social em Espaços de Discussão e Proposições Relacionados aos Direitos da Criança e do Adolescente". O valor total do contrato é de R\$ 935.872,00 (novecentos e trinta cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais).

Destaca-se ainda a assinatura do contrato com a empresa responsável pela contratação de serviços técnicos de consultoria de pessoa Jurídica para desenvolvimento de capacitação de 45 promotores indígenas de direitos humanos: O Contrato foi assinado dia 30/09/2022. Projeto PNUD BRA10/1470/40096/2022 – edital JOF 3729/2022. Por meio desse projeto piloto serão selecionados e capacitados 45 promotores indígenas para atuar no enfrentamento do problema da violência contra as crianças e adolescentes indígenas e na promoção dos direitos humanos dentro das comunidades indígenas, a partir da compreensão das possibilidades de atuação integrada das instâncias que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

Quanto ao estudo diagnóstico sobre a atuação integrada das instâncias que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) na

proteção e promoção de direitos das crianças indígenas - Projeto PNUD BRA/18/024, foram entregues e validados 05 produtos pela Finatec, relativos ao estudo diagnóstico sobre a atuação integrada das instâncias que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) na proteção e promoção de direitos das crianças indígenas - Projeto PNUD BRA/18/024. Serão 10 produtos e 05 já foram entregues e validados conforme segue: 1) conclusão da pesquisa com o levantamento sobre as principais violações de direitos e direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e jovens indígenas; 2) conclusão do relatório com o levantamento dos municípios com maior incidência de casos de violência e de acolhimento institucional de crianças e jovens indígenas; 3) diagnóstico com o levantamento das principais etnias afetadas com casos de violações de direitos de crianças e jovens indígenas; 4) relatório com o levantamento da realidade dos municípios onde se encontram as principais etnias afetadas com casos de violações de direitos e 5) caderno temático voltado para a atuação de conselhos tutelares.

A SNPIR realizou o encontro para prospecção de informação com organizações da sociedade civil, agências missionárias e organizações representativas das comunidades indígenas que desenvolvem trabalhos com crianças e jovens indígenas.

A SNJ formalizou parcerias para a execução de um projeto de empreendedorismo para jovens indígenas no âmbito do Programa Horizontes. Foram ofertadas 8 mil vagas com capacitação presencial para 4.500 alunos, nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, e Amazônia Legal. Na modalidade EAD, serão capacitados em todo país 3.500 jovens. Total de 1275 jovens indígenas atendidos pelo projeto até o momento.

A SNF tem como ação a implementação do Projeto Famílias Fortes em Comunidades Indígenas dos Estados de MS, MT e RO. O projeto é uma metodologia de prevenção de comportamentos de risco (como o uso de álcool e outras drogas) que se desenvolve ao longo de sete encontros semanais, destinada a famílias com filhos de 10 a 14 anos. A prevenção se realiza por meio do fortalecimento de vínculos familiares e desenvolvimento de habilidades parentais e socioemocionais.

Os principais resultados são: redução da agressividade, melhoria na qualidade da relação familiar, melhoria nas habilidades parentais, redução em maus-tratos infantis,



melhoria nas habilidades sociais dos jovens, melhoria em engajamento escolar, melhoria do desempenho acadêmico, aumento em perspectiva de tempo futuro, redução do uso de drogas e redução em comportamento antissocial. Entre as parcerias firmadas pela Secretaria Nacional da Família para a implementação do Famílias Fortes tiveram como público alvo famílias indígenas o Acordo de Cooperação com a Target (Organização da Sociedade Civil), que está atendendo a comunidade Arroyo-Korá (Paranhos/MS), o Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, que atende a comunidade Passo Piraju (Dourados/MS), e o Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Federal de Rondônia, que aplicou a metodologia na comunidade Wari (Guajará-Mirim/RO). Por meio dessas parcerias já foram realizados nas aldeias 8 ciclos de 7 encontros cada, beneficiando 120 famílias indígenas. Em 2023 serão atendidas mais 90 famílias.

A SNPG que tem como responsabilidade 06 ações concluiu a divulgação do Curso “Acesso aos Direitos fundamentais: uma abordagem da pauta indígena”, elaborado em parceria entre a Secretaria Nacional de Proteção Global, Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Escola Nacional de Administração Pública e constam 8.369 (oito mil trezentos e sessenta e nove) inscritos e 4.875 (quatro mil oitocentos e trinta e quatro) certificados emitidos.

Quanto a ação relativa as vans de Direitos Humanos, foi realizado mutirão da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso para atendimento de indígenas e fornecimento de registro civil e outros documentos. A atividade ocorreu entre os dias 18 e 23 de novembro de 2022 nas cidades de Barra do Garças e Campinápolis, com apoio da Assembleia Legislativa, Politec, prefeituras e cartórios de Barra do Garças e Campinápolis. A SNPG/MMFDH incentivou a realização do evento. Foram realizados um total de 459 atendimentos. A Defensoria Pública emitiu 68 Declarações de Hipossuficiência e Solicitação de ações. O 2º Cartório de Ofício de Barra do Garças emitiu 196 Certidões de Nascimento e Retificações de Registro de Nascimento e Alterações de Nome para Inclusão de Etnia Indígena. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) fez 67 pedidos de Auxílio Brasil. E a Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) solicitou 128 Registros Gerais. Foi realizado mutirão na Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul para atender indígenas entre os dias 29 e 30 de novembro de 2022

na cidade de Dourados. A atividade contou com o apoio da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e da Receita Federal. A articulação foi realizada pela Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Foram realizados 481 atendimentos. A Receita Federal realizou 174 atendimentos; a Poupatempo fez 97 atendimentos; a Funai realizou 47 atendimentos; a Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul realizou 106 atendimentos; e o Cartório fez 57 atendimentos.

Até o mês de dezembro de 2022 a situação das ações previstas no Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas era a seguinte:

**Figura 3 – Quantidade de Ações por eixo**

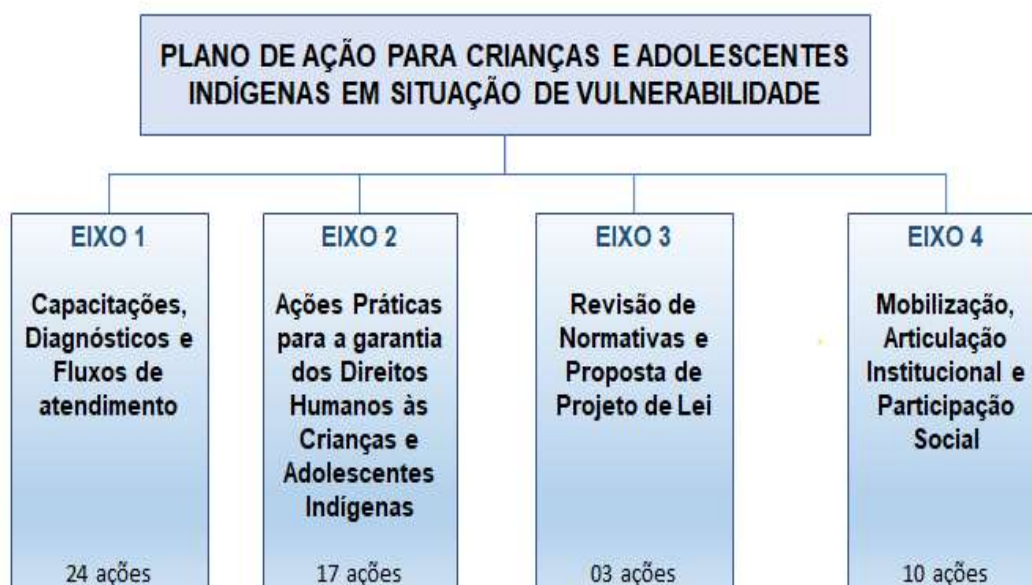


Gráfico 1 – Situação de todas ações em dezembro de 2022

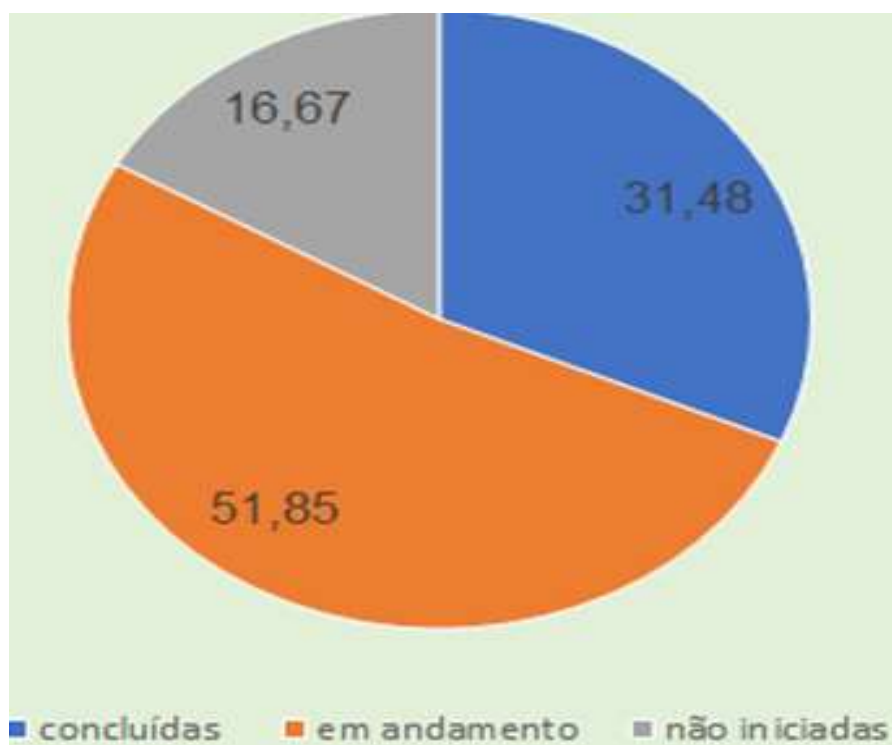


Tabela 1 – Situação das Ações por Ministério/Secretaria responsável

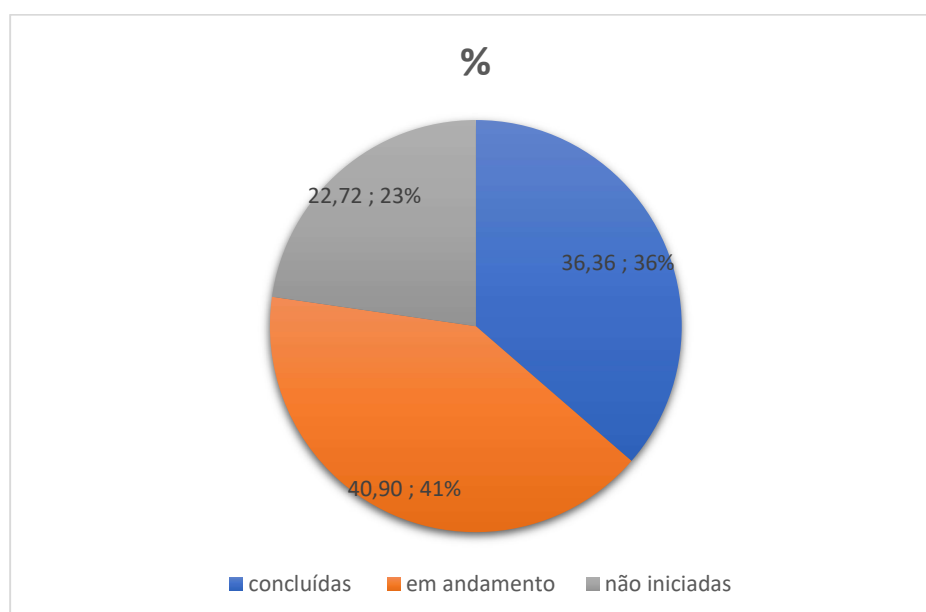
Responsável	Concluídas	Em andamento	não iniciadas
MMFDH/SNDCA	10	14	8
MMFDH/SNPIR			1
MMFDH/SNDPD		1	
MMFDH/SNPM	3		
MMFDH/SNPG	2	2	
MMFDH/SNF	1		
MMFDH/SNJ	1		
MEC		5	
MS/SESAI		3	
MJSP/FUNAI		2	

Ao considerarmos apenas as ações de responsabilidade das Secretarias do MMFDH temos os seguintes resultados alcançados:

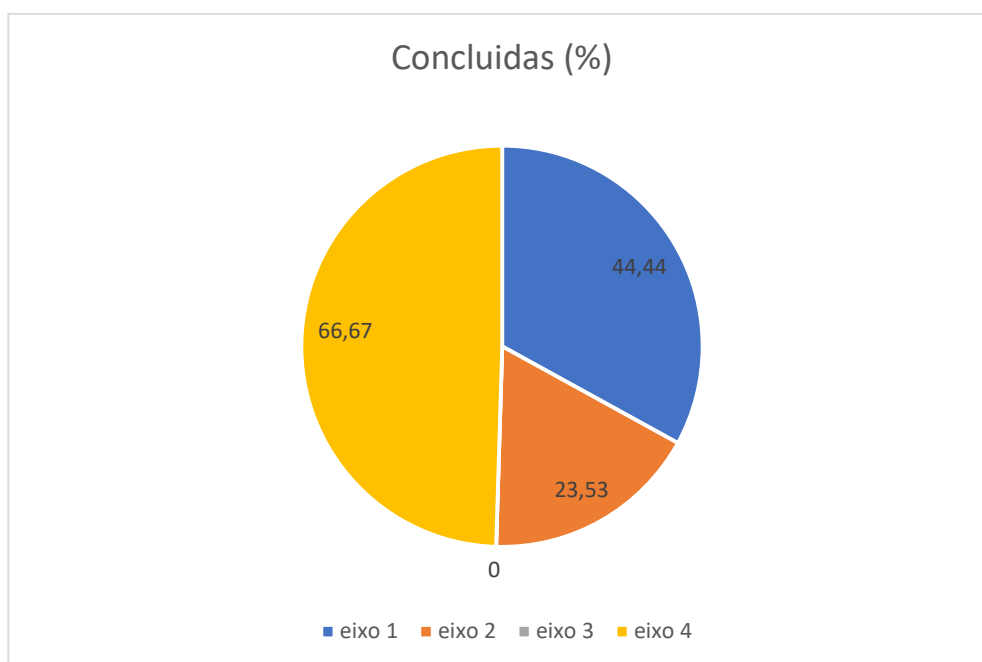
**Tabela 2 – Situação atual das Ações do MMFDH**

	Total de ações do MMFDH	Concluídas	Em andamento	não iniciadas
Eixo 1	18	8	9	1
Eixo 2	17	4	7	6
Eixo 3	3	0	1	2
Eixo 4	6	4	1	1
	44	16	18	10

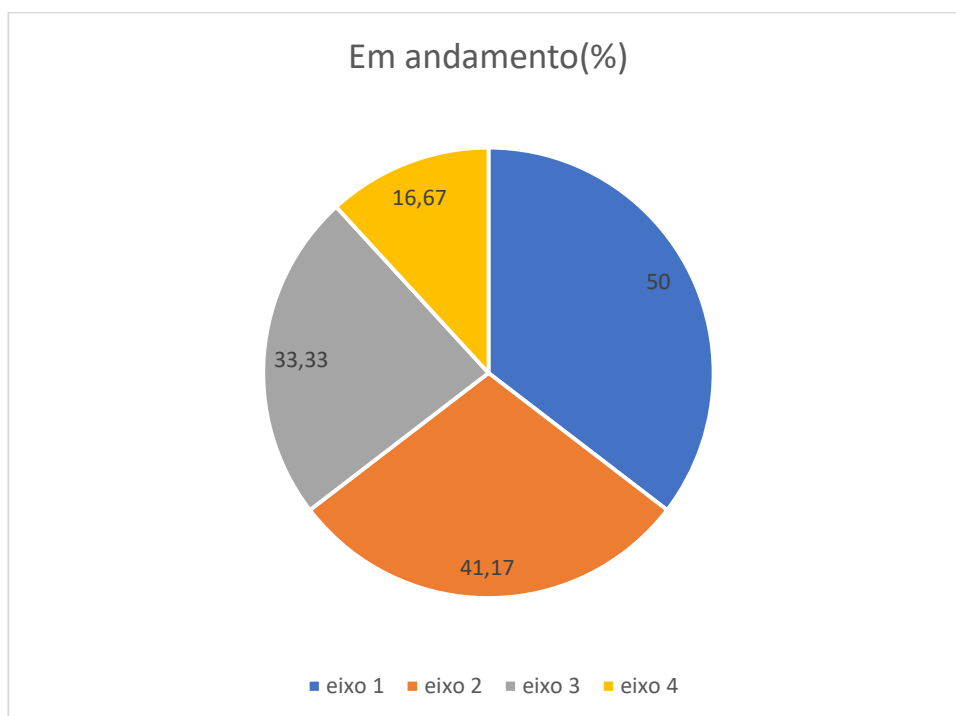
**Gráfico 2 - Situação Atual de todas as ações do MMFDH (Percentual de Execução)**



**Gráfico 3 – Ações concluídas por eixo (%)**



**Gráfico 4 – Ações em andamento por eixo (%)**



**Gráfico 5 – Ações não iniciadas por eixo (%)**



## 9. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.883, de 06 de dezembro de 2021.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Decreto/D10883.htm#art8](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10883.htm#art8)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022.** Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil e o seu Comitê Gestor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/decreto/D11074.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11074.htm).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 869, de 22 de março de 2021.** Institui o Grupo de Trabalho sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 589, de 07 de março de 2022.** Altera a Portaria nº 869, de 22 de março de 2021, que institui o Grupo de Trabalho sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.





MINISTÉRIO DA  
MULHER, DA FAMÍLIA E  
DOS DIREITOS HUMANOS

